

**Marcas de preconceito linguístico em uma comunidade rural amazônica**

**José Mauro Souza Uchôa  
Lívia Bezerra Araújo  
Maria Clíssia de Souza Valeiko**

**Resumo**

**Este trabalho apresenta as impressões dos moradores de uma comunidade rural do município de Cruzeiro do Sul a respeito das situações envolvendo preconceito linguístico. Optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, por meio de um estudo de campo. Como instrumento de geração de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, com o objetivo de conhecer as possíveis causas da discriminação linguística sofrida pelo homem rural. Para realização de tal tarefa, os autores consultados para a fundamentação teórica desta pesquisa foram: Bagno (1999); Perini (2001); Soares (2000, 2008); Leite (2008), dentre outros autores que contribuíram para a construção deste trabalho. Na discussão, procuramos compreender sobre o preconceito linguístico sofrido pelos moradores da comunidade, refletimos como a discriminação linguística afeta a vida e faz parte da identidade dos sujeitos estudados. A análise desenvolvida aponta que o preconceito ainda existe, mesmo que em pequenos gestos, representados em algumas situações pela dificuldade de inserção nas práticas discursivas.**

**Palavras-chave: oralidade, variação linguística, preconceito linguístico**

**Abstract**

**This paper presents the impressions of residents of a rural community in the city of Cruzeiro do Sul about situations involving linguisticism. We chose a qualitative research through a field study. As data generation tool, we used semi-structured interview, in order to know the possible causes of linguistic discrimination suffered by rural man. To carry out this task, the authors consulted for the theoretical foundation of this research were: Bagno (1999); Perini (2001); Soares (2000, 2008); Leite (2008), among other authors who contributed to the construction of this work. In the discussion, we seek to understand about linguistic discrimination suffered by residents of the studied**

**community, reflecting the way linguistic discrimination affects their lives and is part of their identity. The analysis shows that linguisticism still exists, even in small gestures represented in some situations the difficulty of insertion in the discursive practices.**

**Keywords: orality, language variation, linguisticism**

## **Introdução**

Este estudo dá continuidade ao processo investigativo iniciado em uma pesquisa realizada durante um curso de especialização. Na oportunidade, procuramos identificar as marcas do preconceito linguístico presentes nas entrevistas concedidas pelos moradores da comunidade rural Canela Fina, localizada na Amazônia acriana, no município de Cruzeiro do Sul, situada próximo ao campus Floresta, da Universidade Federal do Acre (UFAC).

O objetivo geral da pesquisa foi possibilitar que os moradores relatassem situações em que foram vítimas de preconceito linguístico e como essas situações modificaram a constituição das suas identidades para que pudéssemos compreender as causas dessa discriminação que afeta os falantes de uma determinada língua.

A revisita ao tema se justifica por se tratar de uma temática que faz parte da vida de muitas pessoas que não tiveram acesso à educação ou mesmo não tiveram a oportunidade de concluir os estudos e, assim, são discriminados pela sociedade por não usar uma linguagem considerada “correta”. Ainda assim, diante das mudanças que a comunidade vem passando, devido à expansão universitária no seu entorno de desde 2016, é importante conhecer melhor a comunidade na qual a UFAC se insere para evitarmos perpetuar os mesmos estigmas. No processo de releitura dos dados, novas impressões emergem e contribuem para compreender fenômenos de linguagem desconsiderados em uma primeira análise.

Os autores consultados para fundamentar o estudo são: Bagno (1999); Perini (2001); Soares (2000, 2008); Leite (2008), entre outros autores que tratam do preconceito linguístico como sendo, quase sempre, causado pelas diferenças socioeconômicas que menosprezam as variedades linguísticas estigmatizadas. Para eles, a língua possibilita estabelecer relações de poder e dominação além de permitir que os sujeitos construam seu lugar na sociedade e desenvolva comportamentos e estratégias de usos que causam à exclusão e perpetuam estigmas que precisam ser superados. O trabalho se desenvolveu no campo da pesquisa qualitativa, no qual realizamos um estudo de campo, onde visitamos os moradores da comunidade a fim de conhecer o contexto. As análises sugerem o preconceito ainda existe,

geralmente, partindo do âmbito familiar e representado, em algumas situações, pelas dificuldades de inserção nas práticas discursivas que esses moradores participam cotidianamente, devido à escolarização da maioria dos entrevistados.

## **1. O Preconceito Linguístico no Brasil**

Vivemos em um mundo repleto de diversidade, em meio a essa diversidade surge o preconceito, um dos problemas enfrentados por muitos brasileiros especialmente com o homem rural, muitas vezes por não ter tido a oportunidade de frequentar a escola e por ter suas próprias marcas linguísticas. Uma das manifestações de discriminação é o preconceito. Entende-se por preconceito toda manifestação discriminatória às pessoas ou tradições diferentes ou estranhas. São conceitos formados com base em julgamento próprios com tom depreciativo.

O preconceito linguístico é uma forma de discriminação que acontece devido as variações linguísticas existentes no nosso país. O Brasil é um país de enorme extensão territorial, deste modo é praticamente impossível ter uma unificação no dialeto, nas gírias, no modo de falar. Por conta disso, um grupo acaba se sentindo superior a outro, acarretando consequências que refletem no modo de vida das pessoas, pois quanto maior o poder aquisitivo e econômico de uma região, maior o preconceito.

A miscigenação de culturas acaba gerando desprezo e menosprezo a tudo o que não seja precisamente ao que é considerado como norma padrão. É indispensável afirmar que todo menosprezo a essa diferença é considerado preconceito. Segundo o linguista, Bagno (1999) a noção de correto é imposta pelo ensino tradicional da gramática normativa, que origina um preconceito contra as variedades não padrão,

[...] O preconceito linguístico está ligado em boa medida à confusão que foi criada no curso da história entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua. (p. 09).

Desde o princípio da história, foi criada uma concepção de que a gramática deveria tornar-se o falar dos povos, ou seja, a própria língua. A sociedade escolarizada tem em mente que a língua que não é gramaticalizada deve ser considerada errada, mas sabemos que a língua não é a gramática. Ela vai muito, além disso, e não fica presa a regras. Para Bagno (1999), o conhecimento da gramática normativa tem sido usado como um instrumento

de distinção e de dominação pela população culta. É que, de todos os instrumentos de controle e coerção social, a linguagem talvez seja o mais complexo e sutil”, afirma.

A língua representa a sociedade elitizada com seu pensamento preconceituoso acredita ter um conhecimento elevado sobre as demais classes sociais, o que acarreta consequências no modo de vida das pessoas. De acordo com Leite (2008),

[...] a intolerância linguística passa quase despercebida pela opinião pública e não provoca sérios abalos sociais, da mesma forma que aqueles provenientes da intolerância religiosa ou política, parece nem existir. Contudo, a intolerância linguística existe e é tão agressiva quanto outra qualquer, pois atinge o cerne das individualidades. A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas. (p. 13).

Nesse sentido, a intolerância linguística, se baseia em uma visão tradicional de língua e causa uma indevida exclusão do diferente, e com isso traz inúmeras consequências para os falantes que por um motivo ou outro só dominam as variantes culturalizadas e diante disso sentem se incapaz de se relacionar ou mesmo falar em público, por acreditarem que sabem falar da forma correta.

A intolerância surge devido a um grupo que se sente superior a qualquer outro, não tolerando qualquer situação que possa fugir da norma padrão. Assim, não se trata de se ter “tolerância”, mas de considerar o outro como ser igual, nem melhor nem pior, assim como afirma Saramago (2010, *apud* AZAMBUJA, 2012, p. 25):

Tolerância não é igualdade. Eu sou contra a tolerância, porque ela não basta. Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa relação não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Sobre a intolerância já fizemos muitas reflexões. A intolerância é péssima, mas a tolerância não é tão boa quanto parece. Deveríamos criar uma relação entre as pessoas da qual estivessem excluídas a tolerância e a intolerância.

Contudo, percebemos na fala do autor que devemos ser tolerantes com o nosso próximo, cada pessoa tem suas marcas linguísticas que são adquiridas ou herdadas pelos seus antepassados. No Brasil, país caracterizado pela diversidade, temos diversas formas de falar, por isso temos que aprender, compreender e tolerar o próximo.

## **2. A linguagem padrão e não padrão**

A língua nunca é usada da mesma forma por todos os falantes, pois é aprendida por meio da cultura. Sendo assim, podemos assegurar que não há como estabelecer um padrão linguístico, já que os usuários da língua possuem uma linguagem de acordo com os parâmetros históricos, geográficos e sociais que os cercam.

Segundo Cagliari (2001), não se pode pensar no uso de uma língua, em termos de “certo” e “errado”, e em variante regional “melhor” ou “pior”, “bonita” ou “feia”. No ensino da língua escrita, contudo, devemos procurar neutralizar as marcas identificadoras de cada grupo social, a fim de atingir um padrão supranacional.

Sobre a linguagem culta, vejamos o que está declarado nas palavras de Soares (2000),

Dialeto-padrão: também chamada norma-padrão culta, ou simplesmente norma culta, é o dialeto a que se atribui, em determinado contexto social, maior prestígio; é considerado o modelo – daí a designação de padrão, de norma – segundo o qual se avaliam os demais dialetos. É o dialeto falado pelas classes sociais privilegiadas, particularmente em situações de maior formalidade, usada nos meios de comunicação de massa (jornais, noticiários de televisão, etc.), ensinado na escola, e codificado nas gramáticas escolares (por isso, é corrente a falsa ideia de que só o dialeto-padrão pode ter uma gramática), quando qualquer variedade linguística pode ter a sua. (p. 82–83).

A autora conceitua a linguagem padrão e não padrão, mostrando que há diferença entre os dialetos, porém, as classes privilegiadas têm acesso ao conteúdo formal, a norma padrão que geralmente é transmitido pela comunidade escolar, onde são transmitidos conhecimentos da gramática, com o intuito de que o aluno possa desenvolver esse conhecimento e consiga utilizá-los em ambientes necessários.

Hoje na educação brasileira acontecem diversas situações que acabam fazendo com que as crianças sejam vistas como incapazes ou consideradas deficientes linguísticas, pois muitas chegam à escola falando português não padrão (informal), ou seja, conhecimentos adquiridos na convivência familiar. Essa situação é vista por muitos professores como “errado” e acabam não valorizando esse discurso desconsiderando o falar pré-adquirido do aluno, cuja expressão é espontânea. Condenar os educandos reprimi-los com tratamentos inconsequentes, como um excesso de correção de pronúncia, de acentuação ou de emprego de termos regionalistas, podem desencadear nos estudantes, características de incapacidade, difundindo-se em posições que definem propriamente a classe de dominados. Possenti (2001) afirma:

Traçar uma diferença que nos parece fundamental: a distinção entre diferença linguística e erro linguístico. Diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que divergem de um certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua. (p. 80).

O autor defende que existem variações linguísticas, porém essas variações não devem ser vistas como erros, isso acontece porque a língua é heterogênea, viva e dinâmica, pois se o falante pronuncia palavras herdadas pela sua cultura, seu modo de vida, não tem motivo para considerá-las como erro linguístico, mas sim diversidade linguística.

Assim, é fundamental entender as variantes linguísticas, e na sala de aula é um espaço propício para incutir na mente dos alunos o respeito, a valorização com a linguagem do próximo, como também inserir em seu vocabulário a gramática, deste modo o aluno não terá perdido sua identidade como também vai estar integrado na linguagem formal. Na maioria das vezes a falta de um discurso formal acaba excluindo o indivíduo de realizar conquistas e até mesmo gerando preconceito. Conforme Neves (2003), “todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada e escrita, padrão e não-padrão), o que, em última análise significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu valor na escola” (p.94).

Diante das discussões sobre o preconceito linguístico, Bagno (1999), retrata os mitos do preconceito linguístico ao qual se chega a especulações grotescas como: “brasileiro não sabe português”, “as pessoas sem instrução escolar não falam bem português”, etc. “O português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente” em que Bagno (1999) considera o mais importante, ele deixa claro que a língua não existe sem variações e que com a tentativa da escola em impor uma única variante padrão, desconsiderando a origem dos alunos, seja geográfica, socioeconômica e outras que causam este preconceito.

Os mitos que mencionamos acima são perpetuados em nossa sociedade, cada um deles em grau maior ou menor, por um mecanismo que podemos chamar de círculo vicioso do preconceito linguístico. É de fundamental importância que haja compreensão da diversidade linguística que existe. Entender esta dinâmica é imprescindível para enfraquecer os choques entre as classes e evitar comportamentos preconceituosos. Bagno (1999) comenta,

O português não-padrão é a língua da grande maioria pobre e dos analfabetos do nosso povo, [...]. É também, conseqüentemente, a língua das crianças pobres e carentes que frequentam as escolas públicas. Por ser utilizado por pessoas de classes sociais desprestigiadas, marginalizadas, oprimidas pela terrível injustiça social que impera no Brasil- país que tem a pior distribuição da riqueza nacional em todo mundo-, o PNP é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas. Ele é considerado “feio”, “deficiente”, “pobre”, “errado”, “rude”, “tosco”, “estropiado” (BAGNO, 1999, p. 28).

É interessante destacar que todas as línguas variam e que não existe nenhuma comunidade de falantes em que um indivíduo fale da mesma forma que o outro. Deste modo, as variedades linguísticas são o reflexo da variedade social, ou seja, a variação acontece de acordo com os grupos sociais, com o grau de escolaridade, sexo, entre outros. As variações existem porque o princípio que norteia a língua é a comunicação, e sendo assim é compreensível que seus falantes façam rearranjos de acordo com suas necessidades comunicativas

Contudo, percebemos que muitas pessoas não tiveram acesso a um ensino que lhes proporcionassem desenvolver suas competências comunicativas e nem o conhecimento da norma padrão para saber se adequarem às diferentes situações de uso da língua que a sociedade exige, mas todas têm um conhecimento inato dela. A maneira de falar do homem rural é própria de sua cultura e ensinamentos herdados de seus antepassados, desta forma deve haver respeito e tolerância com relação ao dialeto dessas classes que na maioria das vezes foram privados de uma educação formal.

Podemos observar também que a língua varia de acordo com a situação que nos encontramos, ou seja, de acordo com seu uso, pois um mesmo grupo social pode se comunicar de maneira diferente, de acordo com a necessidade de adequação linguística. Segundo Perini (2001),

Qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicitar esse conhecimento. E esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. (p.13).

A língua portuguesa se apresenta de forma bastante complexa, envolvendo muitas variedades que se compõem de sistemas linguísticos adequados para a expressão das necessidades comunicativas dos falantes, dadas às práticas sociais e os hábitos culturais de suas comunidades. Considerar determinados dialetos como superiores e inferiorizar os demais é, antes de tudo, emitir um juízo de valor sobre os falantes dessas variedades, aproveitando as diferenças linguísticas como um motivo para discriminação social dos indivíduos.

Dentro da perspectiva do falante não há um modelo pronto para falar, é compreensível a diversidade linguística em nosso meio e a língua não pode jamais ser homogênea, visto que o Brasil é um país de diversidade. Cada região possui suas particularidades, então faz-se necessário compreendermos que não há regras específicas para falarmos. Entre as diversas comunidades linguísticas, não existe uma melhor ou pior, existe diferenças no falar entre os grupos sociais, é o que comenta Bagno (1999),

É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o “melhor” ou “pior” português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constitui um tesouro precioso de nossa cultura. Todas elas têm seu valor, são veículos pleno e perfeitos de comunicação e de relação entre as pessoas que as falam. (p.51)

O autor passa a ideia de respeito necessário entre todas as comunidades linguísticas. Cada comunidade deve compreender o falar do outro, porque não é na escola que a criança aprende a falar, é algo que ela assimila antes da idade escolar, na realidade o que se observa com essa ideia de “erro” é tentarmos igualar fala e escrita que são duas situações completamente diferentes. Se formos considerar a língua oral como conteúdo escolar teríamos

que fazer uma análise minuciosa da mesma e levar em consideração vários fatores, como enunciação, grupo social e a faixa etária entre os interlocutores.

### **3. Como amenizar o Preconceito Linguístico**

A linguagem faz parte da sociedade, e uma das formas de melhorar esses aspectos discriminativos seria propondo uma democratização na linguagem, mas para isso seria preciso modificar democraticamente também toda a sociedade, em todos os seus aspectos. Lutar para combater o preconceito linguístico por meio de uma mudança de atitude por todos da sociedade seria uma das saídas para pelo menos melhorarmos um pouco essa situação.

No Brasil, o preconceito linguístico não passa de uma injustiça, pois não há muita diferença entre o português culto e o português popular, porque a nossa sociedade é muito ativa, as pessoas interagem com pessoas de outras regiões, outros países. Mas podemos pressupor que o português popular ou português não padrão é muito mais dinâmico, já que não segue todas as regras gramaticais essa língua nos mostra o futuro do que virá a ser a língua portuguesa.

O português culto ou português padrão não possui variedades, apesar do falante desta variação também não respeitar todas as normas, como a concordância verbal e nominal. A norma padrão é mais redundante e não possui o dinamismo do português não-padrão que é livre e criativo. A norma culta é um reflexo do passado, já a língua popular é a língua que mostra o futuro, mas não podemos nos esquecer de que a língua padrão é o nosso modelo de língua e ela leva vantagem em argumentações e exposições de ideias.

As pessoas que utilizam o português não padrão possuem os seus conhecimentos que vem da sua cultura, por isso devemos respeitar os falares diferenciados, assim Bagno (1999) afirma:

[...] E a primeira campanha a ser feita, por todos na sociedade, é a favor da mudança de atitude. Cada um de nós, professor ou não, precisa elevar o grau da sua própria autoestima linguística: recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada um de nós. Temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna. Parar de acreditar que brasileiro não sabe português, que português é muito difícil, que os habita. Acionar o nosso senso crítico toda vez que nos deparamos com um comando paragramatical e saber filtrar as informações deixando de lado (e denunciando, de preferência) as afirmações preconceituosas, autoritárias e intolerantes. (p. 115)

Para mudarmos esse fato, tem de ocorrer uma mudança de atitude. Esse artifício de mudarmos a consciência coletiva deve ser feito com o intuito de acabarmos com o que prejudica e difama a nossa diversidade cultural. Somos um país de diversidade linguística e



devemos estar unidos, mesmo que tenhamos nossas diferenças. Por isso, podemos contar com todas as instituições voltadas à educação, pois elas podem incutir na mente dos alunos desde a infância sobre a aceitação a essas diferenças culturais reconhecendo que tudo não passa de uma herança cultural.

#### **4. Percorrendo caminhos em torno do contexto da pesquisa**

O presente trabalho se escreve no campo da pesquisa qualitativa. Adotamos o paradigma qualitativo por permitir que o pesquisador adote uma postura de analisar e interpretar dados (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador busca entender como e por que determinados fenômenos ocorrem, ou seja, ele estabelece parâmetros de interpretação. Bortoni-Ricardo (2008) afirma que a pesquisa qualitativa não observa a influência de uma variável sobre a outra. A cumplicidade com o tema foi de vital importância para a realização do trabalho, alicerçado em uma pesquisa de campo. Lakatos e Marconi (1991) afirmam que a pesquisa de campo é aquela utilizada com objetivo de conseguir informar acerca de um problema, para o qual se procura elucidar, que se queria comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles.

No contexto da pesquisa, atualmente vivem aproximadamente 400 habitantes e está localizada na zona rural da cidade de Cruzeiro do Sul, aproximadamente 15km do centro da cidade. A escolha deste local se deu por acreditarmos que seria um ambiente viável para realização da pesquisa, por vários motivos: apesar de ser localizado na zona rural é de fácil acesso e está situado próximo ao campus Floresta.

As visitas realizadas nos possibilitaram contato direto com os falantes, onde passamos a conhecer a história de vida e as situações relatadas por eles. Em meio a conversas e fatos narrados, os laços de amizade foram se estreitando e os entrevistados se sentiram mais confiantes para relatar os fatos. Nesse sentido, Bortoni-Ricardo (2008) afirma que, após a preparação inicial em que o pesquisador já vislumbra com muita clareza o objetivo de sua investigação, ele precisará tomar algumas providências práticas para viabilizar seu trabalho. A principal delas é a negociação com as pessoas que lhe darão acesso ao local da pesquisa delimitada conforme Imagem 01:

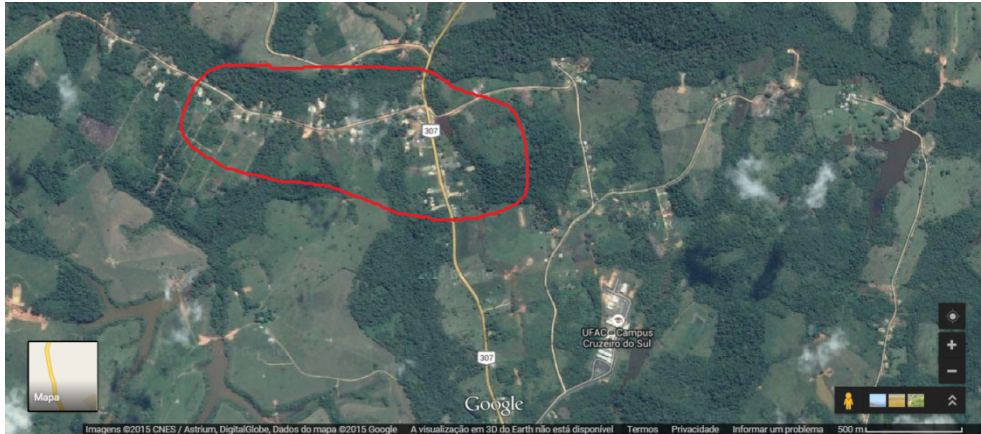


Imagem 01 – Localização do Ramal Canela Fina

Quanto aos procedimentos metodológicos do estudo, eles aconteceram da seguinte forma: 1) a fim de construir-se um referencial teórico, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o preconceito linguístico. Na oportunidade reunimos vários autores que contribuíram com suas ideias a respeito do tema. Esse procedimento foi posto em prática porque toda pesquisa bibliográfica implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam métodos ou técnicas empregadas nos estudos originais (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Na abordagem qualitativa, os instrumentos de geração de dados são peças fundamentais para o sucesso da pesquisa. Partindo desse entendimento, utilizamos como instrumento de geração de dados, a entrevista semiestruturada. Para isso, elaboramos um roteiro contendo nove questões orientadoras, com o objetivo de não perder de vista o que deveria ser abordado. No decorrer das entrevistas, outras perguntas foram surgindo com o objetivo de colher mais dados, como também de deixar os sujeitos mais à vontade para relatar os fatos, como é característico da entrevista semiestruturada. A coleta dos dados da entrevista foi feita em áudio. Antes de iniciarmos os questionamentos, falamos sobre a importância da colaboração pessoal para a conclusão da nossa pesquisa, bem como se esclareceu que a entrevista tem caráter estritamente confidencial e que as informações prestadas permanecerão no anonimato. As entrevistas duraram cerca de 15 min e foram realizadas no local de moradia dos entrevistados.

Para análise dos dados, utilizamos transcrições das falas dos entrevistados, processo árduo, mas imprescindível para analisar e procurar sentido nos dados coletados. O que realmente foi falado constitui os dados, mas a análise deve ir além do valor aparente. Segundo Lakatos e Marconi (2008), a entrevista é “uma conversação efetuada face a face, de

maneira metódica, que pode proporcionar resultados satisfatórios e informações necessárias” (p. 278).

Para uma melhor visualização dos dados sobre a identificação dos participantes, apresentamos os resultados nos Gráficos 1, 2 e 3 a seguir:

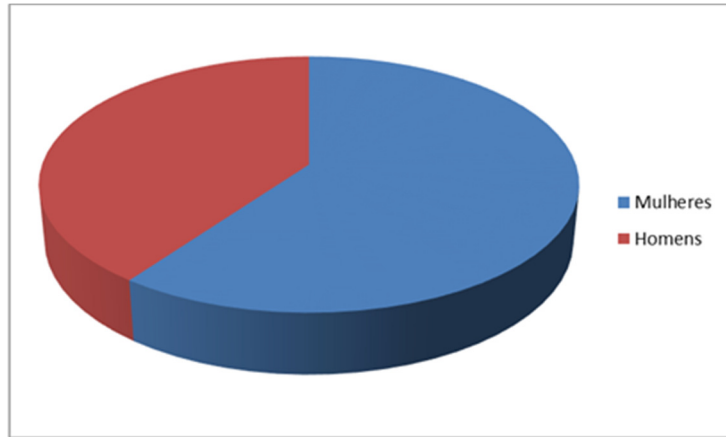


Gráfico 01 - Participantes da pesquisa.

Conforme mostra o gráfico 01, a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, pois no momento da entrevista, alguns homens encontravam trabalhando. No total foram 10 homens e 15 mulheres. A faixa etária dos participantes é heterogênea, variando entre 20 a 86 anos.

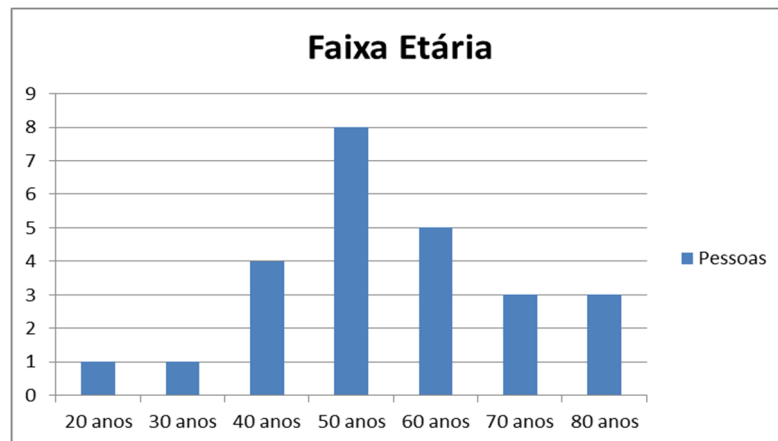


Gráfico 02 – Quantidade e faixa etária dos entrevistados

Quanto à escolaridade, a maioria dos participantes estudou a primeira série (6); terceira série (5) e quarta série (5); segunda série (4); quinta série (2), ensino médio (2) e oitava série (1), mostrando assim que a maioria não teve oportunidade de concluir os estudos. Conforme mostra o Gráfico 03.

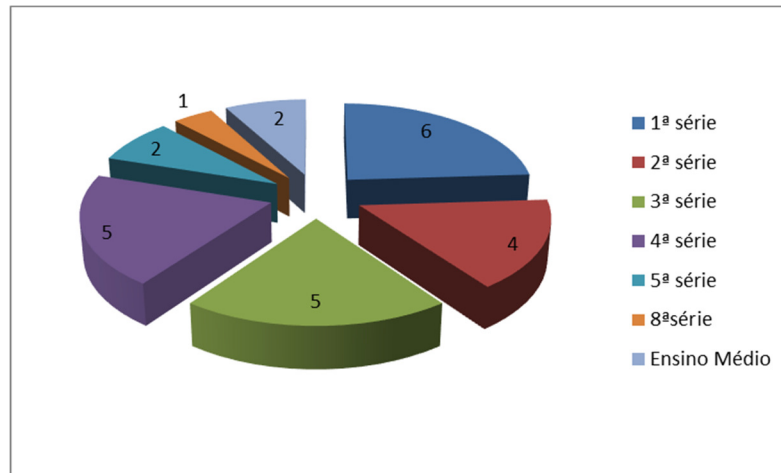


Gráfico 03 - Escolaridade dos entrevistados.

Na análise dos dados, os participantes são identificados pelas letras E acompanhadas de um numeral (Ex.: E 1, E 2, E 3), dessa forma, tentamos preservar a identidade deles. Todos os entrevistados concordaram em participar da Pesquisa.

## 5. As pegadas do preconceito linguístico nos caminhos da pesquisa

Diante dos dados gerados nesse estudo, passamos a discutir, com base nos relatos dos moradores da comunidade, sobre situações em que eles sofreram preconceito linguístico, bem como se sentiram excluídos em determinadas práticas de interação discursiva.

Com o objetivo de conhecer se o preconceito linguístico estava presente na comunidade, fizemos a seguinte pergunta: O senhor (a) já sofreu alguma discriminação pelo modo de falar aqui na sua comunidade? Dentre as respostas dos informantes obtivemos que a maioria nunca sofreu qualquer tipo de preconceito na comunidade, como mostra os recortes.

[...]Não senhora. Graças a Deus, não. (E11)

[...]Não, aqui todo mundo se respeita, nunca vi ninguém tratando mal não, até porque todo mundo se conhece e se dá bem. (E16)

Dentre os poucos casos narrados encontramos alguns que mostra preconceito. Como nos seguintes relatos:

[...]Já pela minha própria filha, né? Mãe isso tá errado. Não é assim, é desse jeito. Tá minha filha, obrigado. A gente aprende mais. (E4)

[...]Meu neto às vezes me corrige, pra mim falar as palavras certas. (E13)

Diante dos dados, apesar da maioria afirmar não sofrer preconceito, esses poucos casos nos levam a perceber que o preconceito ainda se encontra presente na comunidade.

Diante de uma comunidade com sujeitos heterogêneos, mas com escolaridades semelhantes, a maioria não percebe se sofre discriminação durante as interações discursivas em que participam. Observamos, então, que essa comunidade convive harmonicamente com a diversidade linguística que vem se instalando no contexto de estudo, com a chegada da universidade no seu entorno.

Sobre essa diversidade, não existe comunidade linguística melhor ou pior, existem diferenças no falar entre os grupos sociais. Para Bagno (1999), é preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o “melhor” ou “pior” português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constitui um tesouro precioso de nossa cultura.

Logo após investigar sobre o preconceito dentro da comunidade, perguntamos aos entrevistados se os mesmos já tinham sofrido alguma discriminação pelo modo de falar em outra situação (fora da comunidade). A maioria dos entrevistados respondeu nunca ter sofrido nenhum preconceito fora da comunidade. Podemos confirmar na fala dos próprios entrevistados.

[...]Não. Acontece que tem gente que se acha melhor porque tem um trabalho bom, ou então estudou muito então se acha melhor. (E21)

[...]Ah não, todo mundo se conhece e fala igual, ninguém nunca me trata mal não, eu não tenho saber mais sei respeitar as pessoas, desde criança meus pais me ensinaram a respeitar os outros, mais no mundo de hoje tem muita gente ignorante que não respeita os outros. (E16)

Porém, entre os entrevistados, houve dois relatos de preconceito, como podemos observar nos seguintes recortes:

[...]Ja sofri porque num sei ler, ai fica difícil, já aconteceu um caso que pra resolver as coisas tudo é difícil, o pessoal trata bem, mais meu filho tudo é mais difícil. A gente passa muito na fila pra resolver as coisas. (E15)

[...]Já. Vixe!”. (E12)

Para Perini (2001), o português que aparece nos textos escritos não é a nossa língua materna; a nossa língua materna é aquela que aprendemos com nossos pais, irmãos e avós. Ou seja, cada indivíduo traz conhecimentos que já vem enraizado e que são transmitidos de geração para geração. Assim, quando as diferentes maneiras de falar adquiridas no cotidiano são transferidas para outros contextos de interação, os interlocutores se veem diante de maneiras diferentes de falar, porém, é desumano não interagir dignamente apenas por não dispor da variação linguística que vem do cotidiano de cada falante.

Sabemos que o preconceito existe e está presente em diversas situações do nosso dia-a-dia, deste modo com a finalidade de conhecer se o morador da comunidade já passou por alguma situação constrangedora ao se deparar com o serviço público, realizamos o seguinte questionamento: alguma vez o senhor (a) foi tratado grosseiramente por alguém em uma repartição pública devido ao seu jeito de falar? Diante dos dados revelados pelos entrevistados, a maioria revelou nunca ter sido maltratado, podemos comprovar na fala dos entrevistados:

[...] Graças a Deus não. (E24)

[...] Até hoje não. (E22)

[...] Sempre tem aquelas pessoas que querem ser mais do que os outros. No banco. Quando a gente vai, a gente sofre, passa muita dificuldade. Fui de manhã bem cedo e cheguei aqui duas horas da tarde. Mas o atendimento foi bom. (E12)

Em contrapartida temos os poucos casos mencionados como, por exemplo:

[...] Tem é o que mais tem. (E12)

[...] Assim só as vez que as pessoa olha pra gente com cara meia fea, ai a gente pensa que ta tratando mal. (E26)

[...] Sim, no banco. A mulher dizia que não entendia o que eu falava. (E14)

Diante das situações apresentadas, percebemos que há alguns casos em que as pessoas já passaram por situações constrangedoras. Neste viés, Leite (2008) traz em seu discurso que a intolerância linguística existe e é tão agressiva quanto outra qualquer, pois atinge o cerne das individualidades. A linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e o que representa a sua subjetividade. Não é exagero, portanto, dizer que uma crítica à linguagem do outro é uma arma que fere tanto quanto todas as armas.

Dando continuidade aos questionamentos, perguntamos aos entrevistados se acreditam falar igual ou diferente das pessoas que vivem na comunidade, obtivemos respostas diferentes, visto que, alguns entrevistados acreditam que na comunidade todos falam de forma igual, como mostra os relatos:

[...] Falo igual. Aqui todo mundo fala igual. (E19)

[...] Falo igual porque todo mundo é igual, ninguém é melhor que ninguém. Assim todo mundo fala igual. Agora os mais jove eles tem estudo ai aqueles que estuda mermo fala até melhozim. (E25)

A outra parte se divide entre os que acreditam que falam de forma diferente, alegando que o estudo traz mais saber, e dessa forma falam melhor. Como ilustra os recortes.

[...] Diferente. O que eu acho? Não fia, porque tem umas pessoas que são mais sabido, né, e querem saber mais do que quem estudou pouco. Quem estudou mais quer saber mais. (E12)

[...] Minha filha eu acho hoje esses menino são tudo estudado, tem coisas que eles falam e eu não entendo. Falam melhor do que eu, não estudei muito ai num sei falar como eles. Hoje tudo é mais fácil, antigamente era mais difícil estudar, a gente tinha era que ir pra roça, trabalha pesado, ninguém tinha tempo pra estudar não. Mais gosto da roça é o que eu sei fazer. (E15)

É preciso combater este preconceito e pensar em práticas de ensino, e na capacitação de professores que reconheçam a importância das diversidades linguísticas para uma melhor conscientização social.

E por fim, os que não têm um discurso formado, estes não souberam responder. Podemos confirmar na fala dos próprios informantes.

[...] Rapaz, eu acho que não, não sei, não. Tem uns que falam bem, falam diferente e outros já não falam, né? (E10).

Contudo, podemos observar que a língua varia de acordo com a situação que nos encontramos, ou seja, de acordo com seu uso, pois um mesmo grupo social pode se comunicar de maneira diferente, dependendo da necessidade de adequação linguística. Isso acontece porque em um mesmo espaço encontramos pessoas escolarizadas e não escolarizadas, fazendo com que haja diferença na maneira de falar, assim o autor Perini (1999) afirma que, há o conhecimento que não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirido de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar.

O seguinte questionamento refere-se a exclusão de alguma oportunidade de emprego e o motivo dessa exclusão. Sobre esta temática, obtivemos repostas divergentes, visto que, alguns entrevistados relataram que nunca foram excluídos de oportunidade de emprego, por outro lado há aqueles que afirmaram ter perdido oportunidade de ter um emprego, por não ter concluído os estudos. Assim, podemos confirmar essas situações nas falas dos informantes.

[...] Não porque nunca fui atrás, gostava era da roça, era o que eu sabia fazer, mais se eu tivesse estudado podia ate ser um doutor. Hoje em dia as facilidade são mais, todo mundo estuda pra ficar mais sabido. (E19)

[...] Não senhora, nunca. Eu vim me empregar depois que cheguei aqui em Cruzeiro do Sul, me empregar em fazenda. Os que estudaram mais que eu, era mais novo, estudou mais e arranhou emprego bom. (E11)

Por outro lado, ouvimos situações em que os informantes dizem ter perdido oportunidade de emprego, como mostra os seguintes recortes:

[...] Sim, porque se eu tivesse mais estudo, soubesse ler eu tinha uma vida melhor. (E23)

[...] Fui sim porcaus que num tinha ensino completo além deu não ter terminado os estudo. Se eu tivesse estudado, os pessoal sempre comento que era pra mim ter uma oportunidade melhor, ter empregado um estudo melhor. (E18)

[...] Já, lá onde eu morava nos Paraná dos Mouras eu não fui professora por não ter saber, né? (E10)

Diante das situações relatadas, verificam-se casos de exclusão social, motivado pela falta de estudo. Conforme Neves (2003), “todas as modalidades têm de ser valorizadas (falada e escrita, padrão e não-padrão), o que, em última análise significa que todas as práticas discursivas devem ter o seu valor na escola” (p.94). Mas a escola deve oferecer o “bom exercício da língua escrita e da norma-padrão”, para que todos tenham condições iguais de compreender o mundo que os cerca, para que ninguém se sinta incapaz de compreender o que é dito ou escrito nas mais variadas situações do dia-a-dia, assim, as diferenças dialetais não servirão como meio de exclusão social.

Para finalizar a nossa entrevista e com o objetivo de conhecer a visão dos entrevistados, perguntamos o que achavam das pessoas que tratam outras diferentemente porque não fala como elas falam. A partir desse questionamento, passamos a entender a postura dos entrevistados, os mesmos foram unanimes em falar que não gostam dessa atitude. Como ilustra os recortes a seguir.

[...] Eu acho que é discriminação muito grande, né, com as pessoas. É a pessoa ser muito ignorante, né, que num aceita do jeito que o outro é, né? A gente tem que aceitar, né, o outro do jeito que ele é né? Aqui acolá a gente ajuda né, também pra vê se fica igual a gente, mas não discriminar, né. (E4)

[...] Eu acho que é porque são ignorantes. Ignora a pessoa analfabeta, que não sabe da explicação de nada, né? É mais burra de que o burro que tá falando. (E5)

Diante das afirmações está claro que os sujeitos têm consciência que devemos tratar os outros com cordialidade, educação e respeito, mesmo que haja diferença na maneira de falar. Ou seja, em um contexto de pesquisa que se altera progressivamente, diante da expansão da universidade nessa região, a comunidade rural do Canela fina apresenta casos isolados de demonstração da existência de preconceito linguístico, porém, não ficou demonstrado que haja uma percepção generalizada a respeito do preconceito linguístico que, geralmente, as comunidades rurais são acometidas. Assim, a identidade de falante desses moradores se constitui na interação social que vem sendo ampliada e modificada no processo de transformação da paisagem rural para um ambiente citadino.

### **Considerações finais**



Este trabalho tem como tema principal as impressões dos moradores da comunidade Canela Fina sobre as situações envolvendo preconceito linguístico. O objetivo geral da pesquisa foi possibilitar que os moradores relatassem terem sido vítimas de preconceito linguístico e como essas situações modificaram a constituição da sua identidade como falante. Buscou-se identificar nas falas dos informantes as situações em que sofreram preconceito linguístico e as causas de discriminação linguística sofrida pelos moradores.

Durante nosso trabalho, constatamos, através das impressões dos moradores, que apesar de poucos casos relatados, o preconceito linguístico existe. Uma parcela pequena dos entrevistados afirmou alguma situação em que sofreu algum tipo de discriminação. É relevante mencionar, que os casos constatados na comunidade geralmente ocorrem pelos próprios familiares. Em relação as situações fora da comunidade, também verificamos poucos casos, visto que, a maioria dos entrevistados relatou ser bem tratados, apenas alguns casos em que por conta da linguagem diferenciada, não houve entendimento entre eles.

Nesse processo reflexivo, percebemos que o preconceito linguístico ainda existe e está presente na vida das pessoas, visto que, um simples fato de corrigir o outro ou o não entendimento em um diálogo, pode promover a discriminação. Este trabalho não pretende encerrar o assunto. Acreditamos que há muito mais a ser explorado, outras questões poderão ser abordadas, como por exemplo, focar as marcas linguísticas que promove a perpetuação do preconceito, além da busca por estratégias de ensino e inclusão que tome a língua como elemento constituído de identidade, portanto, é algo diverso e em constante mudança.

Portanto, esperamos que este trabalho instigue novos pesquisadores sobre temas dessa natureza, para que possamos assim, contribuir com interesses mútuos de professores, alunos sobre os fenômenos das linguagens, sejam orais ou escritas, nas suas diferentes manifestações em gêneros discursivos. Que estudo dessa natureza evidencie que cada pessoa tem seu jeito próprio de falar, resultante dos fatores sociais extralinguístico e promova a consciência da interação social, sem acometimentos do preconceito linguístico.

Com a implantação da universidade no contexto da pesquisa, é importante que os novos membros da comunidade, nas relações que se estabelecem no entorno do campus, não perpetue a ideia de preconceito linguístico com os novos vizinhos, na maioria, menos escolarizados. Assim sendo, essa temática precisa ser levada para o âmbito da universidade para conscientizar a comunidade acadêmica das diferentes maneiras de incorrer nesse tipo de preconceito, promovendo o debate e construindo estratégias de convivências sociais perante a alteridade.

## Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz.** Edições Loyola, São Paulo, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução a pesquisa qualitativa.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística.** 10.ed. São Paulo: Scipione, 2001.

LEITE, M.Q. **Preconceito e intolerância na linguagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

LUDKE, M; ANDRÉ, M.E.A. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** –7. Ed. –São Paulo: atlas, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática ensinar na escola?** São Paulo: Contexto, 2003

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português.** São Paulo: Ática, 1999.

PERINI, Mário A. **Sofrendo a Gramática.** 3.ed. São Paulo: Atica, 2001.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola.** 7 reimpressão, 2001. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.

SARAMAGO, J. **Um ateu preocupado com Deus. In: Saramago nas Suas Palavras.** Edição e seleção de Fernando Gómez Aguilera, Lisboa: Editorial Caminho, 2010.

SOARES, Magna. **Linguagem e Escola uma perspectiva social.** 17.ed. São Paulo: Ática, 2000.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola. Uma perspectiva social.** São Paulo: Editora ética, 2008.